

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E REPRESENTAÇÃO CULTURAL¹ **ARCHITECTURAL HERITAGE AND CULTURAL REPRESENTATION**

Gabriel Da Silva Wildner², Cláudia Eliane Ilgenfritz Toso³

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Grupo de Investigação Ensino e Metodologias em Geografia e Ciências Sociais da UNIJUI.

² Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIJUI, Bolsista PIBIC/CNPq.
(wildner.gabriel@gmail.com)

³ Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI; Professora substituta na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Campus Cerro Largo.
(claudia.ilgenfritz@hotmail.com)

Introdução

A construção da identidade nacional brasileira tem relação direta com a constituição da história do país e pode ser entendida como resultado da herança colonial. Constrói-se uma identidade para o país ao ter a independência proclamada em 1822. Era necessário que a nação possuísse elementos de identificação, assim a formação da cultura nacional passa a criar padrões, homogeneizando-a (Hall, 2001). A herança de um país escravocrata, elitista e branco faz-se presente na configuração do patrimônio nacional.

Ao fazer referência ao patrimônio e a relação deste com a construção do sentimento de pertencimento, é fundamental que façamos referência à questão da memória, pois é por ela que construímos a(s) identidade(s). Abbagnano (2012, p. 758) conceitua memória como sendo a “possibilidade de dispor dos conhecimentos passados. Por conhecimentos passados é preciso entender os conhecimentos que, de qualquer modo, já estiveram disponíveis...”.

Conforme Le Goff (1990, p. 423), “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Assim a memória não pode ser compreendida como mera função biológica, pois “a consideração do homem como organismo, do meio como conteúdo e da memória como fenômeno biológico, deixava de incorporar, na elaboração dos modelos explicativos, a dinâmica social como constitutiva dos processos mnemônicos” (SMOLKA, 1999, p. 78).

Assim ao fazer referência a questão da memória é possível buscar elementos no patrimônio arquitetônico como sendo parte da memória de um lugar. Com o intuito de refletir sobre a relação entre patrimônio e representação cultural é que este texto foi pensado. Para tanto, aborda-se o conceito de patrimônio, a relação entre memória, patrimônio e identidade, além de apresentar aspectos metodológicos que orientam as reflexões.

Metodologia

Nessa pesquisa utiliza-se o estudo exploratório, utilizando arquivos bibliográficos, na qual buscou-se elencar os principais pontos básicos com o objetivo de gerar reflexões acerca da temática sobre

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

patrimônio, memória, identidade e educação patrimonial, e a partir disso, foi realizado análises e interpretações das informações obtidas que são articuladas de maneira a garantir maior compreensão e aprofundamento do tema em questão. Para tanto, as reflexões buscam sustentação na teoria crítica e hermenêutica (STEIN, 1996; HERMANN, 2002). Conforme Stein uma postura crítica pressupõe:

- a) ter consciência de que está referida às ações humanas; b) que visa à conscientização dos agentes em face de seus interesses; c) que possui caráter emancipatório ou postula eliminação de determinadas coerções; d) de que contém um conteúdo cognitivo e se apresenta como forma de conhecimento; e) de que seu modo de operar implica processos reflexivos; f) de que implica instrumental desenvolvido pelas ciências humanas e pela filosofia; g) de que ela se baseia em teorias - mas ela própria não é capaz de desenvolver teorias; h) de que ela se fundamenta em interpretações e é dotada de caráter histórico; i) de que as ações humanas a que se refere não podem ser o ponto de partida para sistemas ou totalidades autônomas; j) de que ela exige auto-reflexão e por isso é circular (1996, p. 20 - 21).

A questão patrimonial no Brasil ainda é compreendida como pertencente as elites, porém se considerarmos como expressão da memória é possível entender as possíveis contribuições dela para a formação histórica da sociedade, na busca da formação de sujeitos críticos que exerçam a cidadania. Opta-se pela hermenêutica nesse estudo, pois como escreve Hermann “ao inserir-se no mundo da linguagem, a hermenêutica renuncia à pretensão de verdade absoluta e reconhece que pertencemos às coisas ditas, aos discursos, abrindo uma infinidade de interpretações possíveis” (2002, p. 24). Considerar a memória, identidade, patrimônio e educação patrimonial é uma escolha para a composição de uma análise mais complexa em torno do patrimônio cultural.

Resultados e discussão

A compreensão do que se trata o patrimônio se faz possível, entre tantas outras formas, na construção de palavra e conceito para cada região do mundo. De acordo com Carvalho e Funari (2010), a palavra patrimônio utilizada no português do Brasil tem origem das línguas românicas, quais, sua base era o latim. Derivada de *patrimonium*, no latim, a palavra se refere a tudo aquilo que pode ser herdado como propriedade dos antepassados. No inglês adota-se *heritage*, se referindo a tudo aquilo que foi ou pode ser herdado. Já os alemães utilizam *denkmalpflege*, que significa o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar. A construção desses conceitos se dá de maneira histórica, ou seja, de acordo com o que cada povo vivenciou em relação ao patrimônio. Contudo, todos os conceitos fazem referência a lembrança, no latim, *moneo*, que significa “levar a pensar”.

Dentro da matriz econômica e jurídica o patrimônio é visto como “propriedade cultural”, o que implica em uma relação mais distante entre sociedade e monumento, justamente por ser considerado propriedade. De acordo com Carandini (1979) citado por Carvalho e Funari (2010), explica que a própria definição de “propriedade” é política, “a propriedade cultural é sempre uma questão política, não teórica”, explica.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Funari e Pellegini (2006) relatam que no século XVIII, se desenvolve um conceito moderno acerca do patrimônio impulsionado pelos líderes da Revolução Francesa, que se iniciou no ano de 1789, qual se via ser necessária a criação de novos símbolos nacionais, bem como novos hábitos para o cotidiano dos cidadãos. Isso porque naquele contexto todos os símbolos existentes que evocavam a memória da França faziam referência às famílias reais.

Como os ideais iluministas criticavam a estrutura social e política das nações absolutistas e, no caso específico da França, essa estrutura havia sido derrubada, era urgente instaurar novos emblemas para o sentimento de identidade nacional (GRESPLAN, 2003). Após instaurar novos símbolos e o movimento iluminista ganhou força e passou a disseminar entre inúmeras nações ao longo do século XIX, tanto na Europa quanto na América.

Especificamente no Brasil, durante o império discutia-se quem seriam os símbolos de brasilidade, Martins (2007) ressalta que durante esse processo não havia certeza se deveriam ou não os negros e indígenas em relação a esse novo projeto de brasilidade. Durante esse período os brasileiros ainda eram súditos do rei e possuíam direitos políticos limitados - aos que eram livres, alfabetizados e proprietários. Carvalho e Funari (2010) complementam que o recém-criado símbolo que se aplicaria a romances e músicas seria sim protagonizados por indígenas, porém, dentro de uma idealização europeizada.

Mais tarde em paralelo com a criação da identidade nacional a consolidação das memórias regionais se dava de forma que os exploradores, principalmente vindos da Europa, eram consagrados como heróis nacionais. Dessa forma Pollak (1989) citado por Silva (2015) completa a ideia dizendo que, o Estado Nacional europeu e, posteriormente, os latino-americanos orientaram suas ações a partir de uma representação monoidentitária, convencionada a partir de um conjunto de práticas que realizavam um “enquadramento” das memórias.

A complicação surge quando um único modelo identitário é utilizado para estabelecer as identidades individuais e coletivas sem levar em consideração toda formação histórico e social de um povo. Afinal, esses são os símbolos de quem? Ainda, Carvalho e Funari (2010) analisam que acompanhando esta visão monoculturalista da identidade, os patrimônios nacionais são elencados de uma maneira que representam esses grupos culturais de maneira hierárquica e de forma estereotipada.

Durante o desenvolvimento de todo processo histórico e social que definiu as diretrizes para considerar algo patrimônio ou não, a educação patrimonial começa a surgir como uma modalidade de intervenção pedagógica. Apresentada pela primeira vez na Europa, a educação patrimonial ou *heritage education* acompanha uma tendência de preservação de monumentos dentro dos espaços urbanos que se compromete com políticas de conservação e administração de patrimônios edificados que sejam de interesse estatal.

Silva (2015) descreve que no Brasil, práticas similares à de educação patrimonial já são identificadas em 1930, isso antes da fundação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que ocorreu em 1937, hoje principal responsável pela preservação do patrimônio imaterial e material do país, contudo, o termo só emerge no fim dos anos 1980 com a intenção de conservar o patrimônio existente do período colonial e de caráter nacionalista da cultura brasileira.

Horta (1999) descreve a educação patrimonial como um processo permanente e

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

sistemático de trabalho educacional tendo como principal enfoque o Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Ainda as autoras explicam que o contato direto com evidências da cultura leva crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e de valorização, e concluem dizendo: “O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania” (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999)

Dessa forma pode-se entender a educação patrimonial como um instrumento que possibilita o sujeito realizar a leitura do seu entorno de maneira crítica, e que o conduz para uma compreensão abrangente dos contextos socioculturais e histórico-temporais que transpassam um monumento. Entretanto, o processo como um todo, principalmente no século XXI, se ressignifica de modo que faz a comunidade questionar quanto a representatividade e reivindicar sua identidade e espaço nos espaços urbanos. E o atual questionamento em relação aos monumentos patrimoniais é: se não nos representa, por que preservar?

O patrimônio cultural é definido como todo monumento - material ou imaterial - que resulta da ação humana, isto é, dos movimentos socioculturais que se sucederam em uma comunidade. Tendo em vista que o patrimônio resulta das ações humanas cotidianas histórico-temporais, logo o patrimônio de uma comunidade teoricamente apresenta-se como uma porção de elementos escolhidos daquilo que é mais representativo a um grupo, independente da camada social a que pertence.

Carvalho (2010) explica que a eleição destes patrimônios, dentro da vertente teórica pós-moderna, é compreendida como escolha política, voltada à construção de determinados projetos identitários. Não raramente, os conjuntos arquitetônicos e outras edificações consideradas patrimônio eram resultados dos movimentos das classes dominantes nos diferentes períodos da história brasileira, já que as mesmas, tinham o poder hegemônico de tornar suas ações e feitos, como algo que deveriam ser considerados como relevantes para toda a sociedade.

Melo e Cardozo (2015) defendem que para entender a questão do patrimônio como uma questão sócio-histórica é necessário se aprofundar nas relações sociais existentes na sociedade brasileira, e na dominação de classe que pauta fundamentalmente esta sociedade. Fernandes (1974) explica que, o Brasil possui um histórico de exploração de uma maioria subalterna por classes dominantes. Isso remete ao fato de que o país se constituiu socialmente durante a história dando maior relevância a um grupo que possui privilégio ou poder econômico.

Na América Latina em geral fica evidente esse processo que não só inspirou os privilégios de uma classe, como também em ideologias como o patriotismo e o nacionalismo. Isso colaborou para a formação de identidades nacionais e para a mobilização da defesa da pátria. Vieira (2009) ainda sobre essa ideia diz que, “é sugestivo que quase todos os hinos nacionais da América Latina falam em ‘morrer pela pátria’”. François Dubet (2011, p. 291) complementando Vieira (2009), diz que:

Assim, tratava-se de construir a nação, o que foi feito oprimindo e sufocando identidades culturais, religiosas, étnicas, de gênero, etc., bem

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

como a divisão da sociedade em classes. Enfim, o conceito de nação, baseado na unidade, ocultou a diversidade (VIEIRA, 2009).

Desse modo, Horta (1999) reforça a ideia de que, o Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas Instituições. Assim é possível atrelar o conhecimento histórico e social ao que temos ou consideramos patrimônio no momento atual e o que enxergamos é a pouca representatividade social dos ambientes da memória da comunidade. Complementando a ideia, Silva (2015) afirma que, a identidade nacional latino-americana elaborou-se sob a essencialista ideia de síntese, reafirmando a noção de mono identidades, isto é, todos os brasileiros seriam iguais.

Isso na segunda metade do século XX explode em movimentos sociais que buscam reivindicar a sua identidade e seu espaço dentro da sociedade. De acordo com Wieviorka (2006) citado por Silva (2015) essa fragilização da identidade nacional favoreceu também a emergência de movimentos que reivindicam identificações de modo extremista do racismo, da xenofobia e dos novos fundamentalismos.

Na contemporaneidade o modo qual os indivíduos se reconhecem e se identificam na esfera social são condicionados por um processo de formalização anterior, que surge do interesse de coesão social por parte do Estado, que intervêm nos processos de identificação. Nesse aspecto, Cuche (2002) explicita que o Estado moderno tende à mono identificação, pois “a ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais”. Para reverter essa ideia, uma das formas indicadas pela Unesco para a concretização dessa valorização encontra-se no próprio patrimônio cultural,

Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas (UNESCO, 2002).

Não há identidade sem memória, como diz uma canção catalã: “aqueles que perdem suas origens, perdem sua identidade também” (BALLART, 1997, p.43). Nesse aspecto, Carvalho e Funari (2010) explicam que, historicamente a construção de uma identidade cultural é realizada através da preservação de uma memória dentro de determinada visão de mundo, essas na qual o patrimônio torna-se a materialização de tempos, espaços e acontecimentos, escolhidas pela visão de determinados grupos sociais.

Dentro desse contexto, qualquer patrimônio é entendido como uma escolha política e não como um dado natural, objetivo e incontestável, justamente pelo caráter político da memória, da cultura material e do patrimônio, sendo aquilo que a constituição entende como patrimônio de forma

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

democrática e participativa. Assim, é preciso considerar as questões relativas à identidade e à diversidade, visando como um aspecto urgente a percepção dessas obras construídas e contestadas, em termos culturais, antes que como portadores de significados inerentes e a-históricos, inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração (POTTER, s.d.). Esses patrimônios assim, podem ser compreendidos como processos culturais que

estabelecem identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornece possíveis respostas às questões: quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representações constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000, p. 17).

A partir disso, surge um modelo identitário de identidades individuais e coletivas as quais centram-se no mesmo, partindo para um pressuposto da identidade como algo fixo, estruturado e facilmente delimitado por características físicas de grupos humanos imaginados, tendo como um exemplo dessa prática o caso da configuração da identidade nacional norte-americana, no qual, ao responder ao censo nacional, o cidadão norte-americano tem apenas cinco opções de identidades para se apresentar: branco não hispânico; hispânico, negro, asiático ou índio (SEMPRINI, 1999, p.29).

Quanto a experiência brasileira, no geral, acerca do patrimônio, é possível lembrar as comemorações de 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral nas terras onde mais tarde passaram a ser chamadas de Brasil. Na celebração o jurista Joaquim Falcão expressou que, o “patrimônio histórico virou sinônimo de igrejas barrocas, palácios e casa grande” (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Completando essa ideia, Arantes (1990) afirma que, o patrimônio brasileiro preservado de forma oficial só expressa um país distante e estrangeiro, pouco acessível.

Considerações finais

O olhar sobre o patrimônio no Brasil vem sendo alterado de forma lenta, ao considerar elementos materiais e, principalmente imateriais de diferentes grupos sociais. A preservação do patrimônio ligado a elite ainda é preponderante, mas políticas públicas a partir do que propõe a UNESCO e o IPHAN garantem a entrada de patrimônios populares no rol das reflexões, especialmente no que tange a educação patrimonial no país.

O estudo com relação ao patrimônio, memória, identidade está em andamento e será ampliado na tentativa de aprofundar as discussões sobre preservação e construção identitária. O objetivo maior é de trazer a tona estudos e argumentos sobre a importância de considerar o patrimônio de diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, dando voz aqueles que historicamente foram silenciados e/ou esquecidos, como o intuito de contribuir com a formação de cidadãos críticos que possam ao conhecer sua história, posicionar-se de maneira autônoma, identificando-se com os grupos que os constituem.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2012.

BALLART, J. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Ariel, 1997.

BRASIL. Educação Patrimonial para o Programa Mais Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

CARANDINI, A. **Archeologia e cultura materiale**. Dai 'lavori senza gloria' nell'antichità a una politica dei beni culturali. Bari: De Donato, 1979.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo; **Memória e Patrimônio: diversidade e identidades**. Revista memória em rede, p. 7-16, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/viewFile/9554/6395>> Acesso em: 12 de set. 2018.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2002.

DUBET, F. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 289-305, maio/ago. 2011.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2004.

GRESPLAN, J. **A Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Contexto, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1990.

MARTINS, E. O Diário da Assembléia Geral de 1823 e os discursos de cidadania. Revista Patrimônio e Memória, São Paulo, v.3, n.2. 2007.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. **Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n^o. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-01059.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2018.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan. 1989.

POTTER JR. P. B. n.d. Appropriating the victor by addressing the second person. Unpublished typescript, [s.d.].

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru: Edusc, 1999.

SILVA, R. M. D. da. **Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 56, p. 207-224, abr./jun. 2015. Editora UFPR.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Modos de inscrição das práticas cotidianas na memória coletiva e individual. In: ZACUR, Edwiges (Org.). **A magia da linguagem**. Rio de Janeiro: DPA, 1999. p. 75-99. V. 1.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Artigo 7 - O patrimônio cultural, fonte da criatividade. Disponível em: Acesso em: 11 de set. 2018.

VIEIRA, L. Morrer pela pátria? Notas sobre identidade nacional e globalização. In: VIEIRA, L. (Org.). **Identidade e globalização: impasses e perspectivas da identidade e da diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 61-85.

WIEVIORKA, M. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. çã. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.